IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: + 55 51 3395 3065
Fax: + 55 51 3395 3065
www.bdo.com.br

Rua André Puente, 441, sala 305
Independência – Porto Alegre, RS
Brasil 90035-150

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Quotistas da
IP Sul Concessionaria de Iluminação Pública S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da IP SUL Concessionária de Iluminação Pública S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IP SUL Concessionária de Iluminação Pública S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme descrito na nota explicativa n°16 Debêntures a Companhia possui registrado no passivo não circulante os montantes de R$ 80.182.759, sendo requerido para essa operação índice de cobertura sobre a dívida, *covenants*, os quais não foram atingidos para o exercício e não foi nos apresentado pela Administração anuência dos credores quanto ao não atingimento dos *covenants* ou os efeitos do vencimento antecipado. Desta forma, estamos limitados quanto aos possíveis efeitos no passivo circulante e resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de março de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 RS 005519/F-0

Márcio Silva
Contador CRC 1 RS 078817/O-2

IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINACAO PÚBLICA S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Ativo

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	30.059.841	16.146.848
Contas a receber de clientes	4	1.817.340	1.004.057
Ativo financeiro	5	21.808.083	35.612.021
Estoques	6	17.092.490	14.921.782
Tributos a recuperar	7	1.071.581	404.702
Outras contas a receber		34.289	334.058
Despesas antecipadas	8	224.327	170.545
		72.107.952	68.594.014
Não circulante			
Ativo financeiro	5	104.053.057	
Tributos diferidos	9.1	3.916.448	1.444.004
Imobilizado	10	1.143.272	1.483.769
Intangível	11	13.866	19.067
Direito de uso - Arrendamento	15	161.625	332.527
		109.288.268	3.279.368
Total do ativo		181.396.220	71.873.381

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	12	5.915.477	11.279.573
Obrigações trabalhistas		714.054	522.562
Obrigações tributárias		208.894	355.564
Passivo de arrendamento	15	177.484	301.820
Dividendos e JSCP a pagar	17.3	4.634.627	2.592.834
Outras contas a pagar	14	201.054	77.138
Juros s/ debentures	16	287.790	-
		12.139.380	15.129.491
Não circulante			
Tributos Diferidos	9.1	33.234.558	9.805.811
Passivo de arrendamento	15	-	57.302
Debentures	16	80.182.759	-
		113.417.316	9.863.113
Patrimônio líquido	17		
Capital social		40.500.000	40.500.000
Reserva legal		1.435.642	459.931
Lucros a disposição da assembleia geral ordinária		13.903.882	5.920.846
		55.839.523	46.880.777
Total do passivo e patrimônio líquido		181.396.220	71.873.381

As notas explicativas da Admnistração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINACAO PÚBLICA S.A.

Demonstrações do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	93.791.528	33.463.580
Custo de construção	19	(46.910.180)	(11.597.493)
Custo de operação	19	(8.909.592)	(9.777.674)
Lucro bruto		37.971.756	12.088.413
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	19	(3.517.255)	(916.941)
Outros resultados operacionais		412.171	80.617
Lucro líquido operacional antes do resultado financeiro e impostos		34.866.672	11.252.088
Receitas financeiras		4.353.960	1.139.148
Despesas Financeiras		(9.649.964)	(81.487)
Lucro líquido operacional antes dos impostos		29.570.668	12.309.749
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.2	(10.056.448)	(3.684.000)
Lucro líquido do exercício		19.514.220	8.625.749
Lucro líquido por ação		1,95	0,86

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINACAO PÚBLICA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período	19.514.220	8.625.749
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	19.514.220	8.625.749

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINACAO PÚBLICA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em Reais)

	Capital social					
	Subscrito	A integralizar	Reserva Legal	Lucro acumulados	Lucro a disposição da Assembleia Geral Ordinária	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.500.000	(20.250.000)	28.643	-	-	20.278.643
Integralização de capital	-	20.250.000	-	-	-	20.250.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.625.749	-	8.625.749
Destinações						
Reserva legal	-	-	431.287	(431.287)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.500.000)	-	(1.500.000)
Imposto de Renda sobre JSCP	-	-	-	(225.000)	-	(225.000)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(548.615)	-	(548.615)
Dividendos adicionais	-	-	-	(5.920.846)	5.920.846	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	40.500.000	-	459.931	-	5.920.846	46.880.777
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	(5.920.846)	(5.920.846)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.514.220	-	19.514.220
Destinações						
Reserva legal	-	-	975.711	(975.711)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(4.634.627)	-	(4.634.627)
Dividendos adicionais	-	-	-	(13.903.882)	13.903.882	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	40.500.000	-	1.435.642	-	13.903.882	55.839.523

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINACAO PÚBLICA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	19.514.220	8.625.749
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Depreciação e amortização	791.134	706.437
Tributos sobre o lucro	10.056.448	3.684.000
Tributos sobre receita de ativo financeiro diferidos	10.899.855	3.217.489
Juros provisionados	3.606.722	80.229
Variação monetária debentures	6.013.196	-
Apropriação custo emissão debentures	411.121	-
Resultado ajustado	51.292.696	16.313.904
Redução/(aumento) líquido nos ativos		
Ativo financeiro	(90.249.119)	(26.749.941)
Clientes	(813.283)	(131.557)
Estoques	(2.170.707)	(13.997.015)
Tributos a recuperar	(666.880)	(359.178)
Outras contas a receber	299.769	(301.004)
Despesas antecipadas	(53.783)	(5.815)
	-	-
(Redução)/aumento líquido nos passivos		
Obrigações trabalhistas	191.492	383.048
Fornecedores	(5.364.097)	10.882.802
Obrigações tributárias	(146.670)	5.895
Outras contas a pagar	123.916	(1.050)
Custos emissões debentures	(6.241.558)	-
	(105.090.918)	(30.273.816)
Juros pagos	(3.318.932)	(80.229)
Caixa líquido gerado/consumido das atividades operacionais	(57.117.154)	(14.040.140)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição imobilizado	(58.790)	(281.703)
Aquisição intangível	-	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	(58.790)	(281.703)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	20.250.000
Pagamento de arrendamentos	(397.382)	(312.479)
Emissão de debentures	80.000.000	
Pagamento de dividendos e JSCP	(8.513.680)	8.513.680
Caixa gerado nas atividades de financiamento	71.088.938	19.937.521
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	13.912.993	5.615.677
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	16.146.848	10.531.171
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	30.059.841	16.146.848
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	13.912.993	5.615.677

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

IP SUL Concessionária de Iluminação Pública S.A. ("Companhia"), adota o nome fantasia IPSul, possui sede na Rua Dr. João Inácio, nº 1130, Bairro Navegantes, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia foi fundada em 05 de maio de 2020, registrada como Sociedade de Propósito específico - SPE, exclusivamente dedicada à execução do objeto da concorrência pública promovida pelo Município de Porto Alegre, para a concessão administrativa cujo objeto é a modernização, expansão, operação, manutenção e exploração de receitas acessórias da Infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do referido Munícipio por um prazo de 20 anos.

Em 2022, seguimos com a modernização do parque, que é o principal benefício previsto na Concessão, por proporcionar a esperada melhoria na iluminação da cidade e economia de energia. Também houve um avanço significativa na parte de planejamento e projetos que vem dando suporte para uma execução eficiente e propiciando o cumprimento das regras contratuais.

A manutenção teve um papel de destaque em 2022, pois a IPSUL conseguiu atender os prazos contratuais e vale ressaltar que todo o passivo de protocolos recebidos no início da Concessão foi atendido reduzindo substancialmente a taxa de falha do parque de iluminação da cidade de Porto Alegre.

A Companhia encerra 2022, atendendo às expectativas de resultados econômico-financeiros e operacionais e nos preparamos para os desafios de 2023. O principal deles: finalizar a modernização do parque de iluminação pública e cumprir seus prazos.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2023, e serão posteriormente ratificadas pela assembleia de acionistas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

A principal área que envolve estimativa e premissa é a referente a Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

2.2.3. Ativo financeiro

Representado pelo contrato firmado com o Poder Concedente para construir, modernizar e operar e manter o parque de iluminação pública, condicionado ao recebimento da receita não somente pela passagem do tempo, mas após cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura.

O ativo proveniente da construção e modernização da infraestrutura é formado pelo reconhecimento da receita de construção e pela sua remuneração financeira.

2.2.4. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado, e segregados em materiais para manutenção e construção do parque concedido.

2.2.5. Imobilizado

Demonstrado ao custo, reduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 11.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia.

2.2.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.2.8. Reconhecimento de receita

Serviços de iluminação pública

As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção - serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se PIS e COFINS e margem de construção ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente);
b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura. Dessa forma, a soma das contraprestações futuras não representa o seu efetivo valor presente, estando o ativo financeiro sob o alcance do CPC 12 Ajuste a Valor Presente. Tal ajuste enseja o reconhecimento de receita financeira pelo concessionário. A definição da taxa de desconto aplicada teve como parâmetro linha de eficiência energética disponibilizada pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social para prefeituras. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão, determinado na data de início de cada contrato de concessão;

c) Receita de operação e manutenção - serviços de operação e manutenção das instalações de iluminação pública, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização.

2.2.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	11.910.097	204.701
Aplicações financeiras	18.149.744	15.942.147
	30.059.841	16.146.848

O saldo de equivalentes de caixa decorre em sua maioria do valor líquido das debentures recebidas em fevereiro de 2022, contraprestações recebidas menos pagamentos efetuados.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Prefeitura de Porto Alegre	1.817.340	1.004.057
	11.817.340	1.004.057

5. Ativo financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	35.612.021	8.862.081
Receita de Construção	86.363.307	20.225.187
Receita Operacional	17.071.216	17.180.040
Receita Financeira	3.110.437	608.608
Contraprestações reconhecidas	(16.295.841)	(11.263.895)
Ativo financeiro	125.861.140	35.612.021
Circulante	21.808.083	35.612.021
Não Circulante	104.053.057	-

O Ativo financeiro da Companhia é oriundo do contrato de concessão nº 72274/2020, firmado com o município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. O objeto do contrato é a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos à modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do município de Porto Alegre, com prazo de vigência de 20 anos, contado a partir da data de eficácia.

O ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, indica que os contratos de concessão devem ser registrados de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 47 Receita de contrato com cliente, o método adotado para mensuração do ativo foi o de mensuração do progresso.

6. Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Material de manutenção	12.661.567	9.874.862
Estoque em trânsito	4.430.923	5.046.920
	17.092.490	14.921.782

7. Tributos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a recuperar	1.071.581	404.702
	1.071.581	404.702

8. Despesas antecipadas

	31/12/2021	31/12/2021
Seguros a apropriar	224.327	170.545
	224.327	170.545

Refere-se a seguros previstos na clausula 26 do contrato assinado junto ao poder concedente, os quais devem ser reajustados anualmente com o intuito de garantir a continuidade dos serviços, conforme contrato de concessão.

9. Tributos correntes e diferidos

9.1. Tributos diferidos

O PIS e a COFINS com compensação diferida referem-se aos débitos calculados sobre as receitas de construção relativas à formação do ativo financeiro, diferidos pelo prazo de amortização do mesmo, os quais serão realizados quando as contraprestações mensais são recebidas e tributadas.

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal sobre imposto de renda	2.882.388	1.064.415
Base negativa sobre contribuição social	1.034.060	379.589
Ativo fiscal diferido	3.916.448	1.444.004
PIS diferido	2.106.695	604.165
COFINS diferido	9.703.565	2.782.822
ISS diferido	3.472.291	995.708
Imposto de renda diferido	13.200.005	3.987.585
Contribuição social diferida	4.752.002	1.435.531
Passivo fiscal diferido	33.234.558	9.805.811

9.2. Tributos correntes

Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultado são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	29.570.668	12.309.749
Adições (exclusões) permanentes	7.119	(1.474.454)
Adições (exclusões) temporárias	(36.849.682)	(12.573.913)
Lucro real	(7.271.895)	(1.738.618)
Alíquota Nominal Combinada do Imposto de Renda e da Contribuição Social	34%	34%
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	2.474.443	591.130
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(12.528.892)	(4.275.130)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.056.448)	(3.684.000)

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo de aquisição	Deprec. acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Edificações	10%	286.810	(58.247)	228.563	257.244
Instalações	10%	12.200	(2.082)	10.118	11.338
Móveis e Utensílios	10%	133.515	(21.809)	111.707	120.208
Equipamentos de processamento de dados	20%	251.275	(81.730)	169.545	165.472
Veículos	25%	1.161.000	(632.208)	528.792	819.042
Máquinas e Equipamentos	5% a 20%	126.143	(31.596)	94.547	110.465
		1.970.944	(827.672)	1.143.272	1.483.769

Demonstramos abaixo a movimentação do imobilizado líquido:

	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/2022
Edificações	257.244		-	(28.681)	228.563
Instalações	11.338		-	(1.220)	10.118
Móveis e Utensílios	120.208	3.071	-	(11.574)	111.705
Equipamentos de processamento de dados	165.472	51.919	-	(47.845)	169.546
Veículos	819.042		-	(290.250)	528.792
Máquinas e Equipamentos	110.465	3.800	-	(19.717)	94.548
	1.483.769	58.790	-	(399.288)	1.143.272

	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/2021
Edificações	233.265	50.761	-	(26.782)	257.244
Instalações	2.975	9.200	-	(837)	11.338
Móveis e Utensílios	86.656	43.305	-	(9.753)	120.208
Equipamentos de processamento de dados	106.991	87.493	-	(29.012)	165.472
Veículos	1.109.292	-	-	(290.250)	819.042
Máquinas e Equipamentos	29.540	90.944	-	(10.019)	110.465
	1.568.719	281.703		(366.653)	1.483.769

Não foram cedidos bens em garantia de empréstimos ou outros compromissos.

11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	31/12/2022	31/12/2021
Softwares	5%	13.866	19.066
		13.866	19.066

Demonstramos abaixo a movimentação do intangível líquido:

	31/12/2021	Adições	Baixas	Amortizações	31/12/2022
Softwares	19.066		-	(5.200)	13.866
	19.066	-	-	(5.200)	13.866

	31/12/2020	Adições	Baixas	Amortizações	31/12/2021
Softwares	24.267	-	-	(5.200)	19.067
	24.267	-		(5.200)	19.066

12. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	5.915.477	11.279.573
	5.915.477	11.279.573

13. Partes relacionadas

13.1. Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma diretoria com três integrantes.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

14. Outras contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Seguradoras	76.920	77.138
Repasse a pref. Receitas compartilhadas	9.032	
Partes relacionas	115.102	
	201.054	77.138

15. Arrendamento mercantil/Direito de uso

	31/12/2022	31/12/2021
Bens de Direito de Uso - Arrendamento		
Saldo inicial	332.527	184.999
Adições	215.743	482.112
Depreciação	(386.646)	(334.584)
Transferências	-	-
Total	161.625	332.527
Passivo de Arrendamento		
Saldo inicial	359.122	189.489
Adições	215.744	482.112
Pagamentos	(448.661)	(392.708)
Juros incorridos	51.279	80.229
Total	177.484	359.122
Circulante	177.484	301.820
Não Circulante	-	57.302

16. Debêntures

No dia 15 de janeiro de 2022, a companhia emitiu debêntures incentivadas Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, autorizada pela Portaria Nº 3.196, de 16 de dezembro de 2021 do Ministério do Desenvolvimento Regional. A primeira emissão de debêntures foi realizada em série única, no montante de R$ 80 milhões, não conversíveis em ações ou permutáveis por ações de outras sociedades, com vencimento em dezembro de 2035.

As debentures serão atualizadas monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumindo Amplo ("IPCA"), sendo amortizadas em 25 (vinte e cinco) parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 15 de dezembro de 2023 e a última na data de vencimento. Além deste incidiram juros remuneratórios correspondente ao maior entre: (i) 6,25% a.a. ou (ii) a taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B), com vencimento em 2030, a ser apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA, sendo os vencimentos semestrais a partir de 15 de dezembro de 2022.

Os recursos da emissão serão utilizados para financiar os investimentos previstos no primeiro ciclo da Parceria Público Privada (PPP). A operação foi liquidada com êxito em 10 de fevereiro de 2022 e a Fitch atribuiu Rating 'AA+(bra)' com Perspectiva Estável.

Na data de integralização das debentures, o montante correspondente a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), oriundos dos recursos de integralização das debêntures, ficou e ficará retido na conta reserva CAPEX, o qual será liberado de acordo com a liquidez do projeto.

Demonstramos abaixo a composição da conta debentures no balanço:

	31/12/2022
1º emissão debentures	80.000.000
(-) Custo de emissão	(6.241.558)
(+) impostos sobre comissão	108.910
Liquido recebido	73.867.352
(-) Impostos sobre comissão	(108.910)
Apropriação custo de emissão	411.121
Juros	3.555.443
Atualização monetária	6.013.196
Pagamento de juros	(3.267.653)
	80.470.549
Circulante	287.790
Não Circulante	80.182.759

Com ritmo acelerado na modernização do parque de iluminação a concessionária vem atingindo todas as metas estabelecidas e se esforçando para que os marcos sejam entregues dentro dos prazos, mesmo com todos esforços focados para o cumprimento das exigências contratuais, sejam elas com a prefeitura ou com debenturistas, não foi possível atingir o ICSD mínimo, pelo motivo da própria natureza do contrato de concessão, onde o cronograma de inversão de significativos recursos financeiros, nos dois primeiros marcos, é muito superior ao caixa gerado pelas atividades operacionais e, considerando que a metodologia para o cálculo do ICSD reduz a geração de caixa quando existem INVESTIMENTOS EM CAPEX, isso faz com que esse cálculo conduza a um índice desfavorável quando se verificam grandes investimentos em um único período, como é o caso do período inicial da concessão.

A necessidade de se investir praticamente a totalidade do CAPEX em um único período inicial se dá por conta da própria exigência do contrato firmado com o Poder Concedente, e, também porque cada marco de Modernização, ao ser atingido, libera contratualmente o benefício de incremento no valor da contraprestação mensal auferido pela prestação dos serviços, o que faz com que o elevado investimento em um único período inicial seja benéfico também para os recebimentos futuros da Companhia.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social da Companhia é dividido em 40.500.000 (quarenta milhões e quinhentos mil) de ações nominais, sendo todas ações ordinárias, no valor de R$ 1 (um real) cada uma, o qual monta R$ 40.500.000 (quarenta milhões e quinhentos mil), totalmente integralizado.

O controle da Companhia é compartilhado entre os seus acionistas, os quais detém 25% de participação de cada uma. Dessa forma, as demonstrações contábeis da Companhia não são objeto de consolidação por nenhum dos seus acionistas, sendo as decisões aprovadas de forma conjunta.

Demonstramos a seguir a composição acionária:

	Capital Social	Participação (%)
Quantum Engenharia Ltda.	10.125.000	25
Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Eireli	10.125.000	25
STE Serviços técnicos de engenharia S.A.	10.125.000	25
GCE S.A.	10.125.000	25
	40.500.000	100

17.2. Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

17.3. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio ("JSCP") e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	19.514.220
Constituição da reserva legal	(975.711)
Base para pagamento de dividendos	18.538.509
Dividendos obrigatórios	4.634.627
Total de dividendos a pagar	4.634.627

18. Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/01/2021
Receita de construção	86.363.307	20.225.187
Receita operacional	17.071.215	17.180.040
Receita financeira	3.110.437	608.609
	106.544.960	38.013.836
PIS	(1.757.992)	(627.228)
COFINS	(8.097.416)	(2.889.052)
ISS	(2.898.023)	(1.033.976)
	(12.753.431)	(4.550.256)
Receita líquida	93.791.527	33.463.580

19. Custos e despesas por natureza

Os custos e despesas comerciais e despesas gerais e administrativas, por natureza e função estão demonstradas da seguinte maneira:

Custos e despesas por natureza	31/12/2022	31/12/2021
Materiais aplicados	(41.818.201)	(11.563.520)
Serviços de terceiros	(7.765.351)	(4.011.464)
Ocupação, utilities e serviços	(1.639.517)	(1.384.746)
Frota de veículos	(1.635.173)	(853.678)
Custo e Despesas com pessoal	(5.545.565)	(3.766.131)
Outras Despesas	(461.849)	(80.229)
Depreciação e amortização	(471.370)	(632.341)
	(59.337.027)	(22.292.109)

Custos e despesas por função	31/12/2022	31/12/2021
Custos de construção	(46.910.180)	(11.597.493)
Custos de operação	(8.909.592)	(9.777.674)
Despesas administrativas	(3.517.254)	(916.941)
	(59.337.027)	(22.292.109)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

20.2. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria financeira.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

20.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

20.4. Valor Justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	30.059.841	30.059.841	16.146.848	16.146.848
Contas a receber de clientes	1.817.340	1.817.340	1.004.057	1.004.057
Ativo financeiro	125.861.140	125.861.140	35.612.021	35.612.021
Fornecedores	5.915.477	5.915.477	11.279.573	11.279.573

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

21. Contingências para perdas possíveis

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto a seu desfecho. São ações judiciais ou procedimentos administrativos para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem de verificação e análise dos fatos ou, ainda, que apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de êxito.

A IPSUL possui uma ação de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação do departamento jurídico para os quais não há provisão constituída. O Valor envolvido no processo classificado como possível em 31 de dezembro é de R$ 134.876.

22. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.